

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM  
DIREITO TRIBUTÁRIO**

**2021**



**Escola Nacional de Administração Pública - Enap**

SAIS – Área 2-A

70610-900 - Brasília – DF

Telefone: (61) 2020-3000

Paulo Roberto Nunes Guedes

**Ministro da Economia**

Diogo Godinho Ramos Costa

**Presidente da Escola Nacional de Administração Pública**

Rodrigo Torres de Araújo Lima

**Diretor de Educação Executiva**

Bruna Danielly da Paz Tenório

**Coordenadora-Geral de Especialização e MBA**

Juliana Miranda Léda

**Coordenadora de Especialização**

Cecília Chachamovitz

**Coordenadora do curso**

Marcos Aurélio Pereira Valadão

**Curador do curso**

Alessandra Zago Dahmer

**Designer instrucional**

**Equipe:**

Leonardo Batista

Eliane Luz

Dênia Freitas de Oliveira

Genival Francisco De Macedo

Mário Carlos Aires de Souza

Rachel Pereira Dorneles

Renata Regina Cerri Scarpim

Teresa Labrunie

**Estagiários:**

Josafá Carvalho da Silva

Lucas Pinheiro Candido de Oliveira

# SUMÁRIO

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

## 2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTOS DA PROPOSTA

## 3. OBJETIVOS DE FORMAÇÃO

3.1 Objetivo Geral

3.2 Objetivos Específicos

## 4. PÚBLICO-ALVO

## 5. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS DO EGRESSO

## 6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

6.1. Carga horária

6.2. Local e regime de aulas

6.3. Procedimentos de avaliação

6.4. Material Didático

6.5. Trabalho de Conclusão de Curso

6.6. Certificação

## 7. METODOLOGIA

7.1. Metodologia de Ensino-aprendizagem

## 8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

## 9. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIA DE CADA DISCIPLINA

## 10. INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO



## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Tributário, na modalidade à distância (EAD), destinado a programa de formação dos servidores da Secretaria da Receita Federal do Brasil<sup>1</sup>, ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

O curso tem como objetivo capacitar os servidores das carreiras acima mencionadas e foi concebido no formato EAD para facilitar o atendimento, independentemente de onde está lotado o servidor, bastando, para isso, que tenha acesso à internet.

---

<sup>1</sup> “A Secretaria da Receita Federal do Brasil é um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda, exercendo funções essenciais para que o Estado possa cumprir seus objetivos. É responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do país. Também subsidia o Poder Executivo federal na formulação da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.” CF. Institucional, disponível em <http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional>



## 2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTOS DA PROPOSTA

A nova contextualização social, política e econômica em que se encontra inserido o país, quer externa ou internamente e, mais especificamente, a administração tributária como encarregada da gestão, tributação, fiscalização e arrecadação dos recursos necessários à manutenção dos fins a que se destina o Estado, exige a construção de um modelo moderno e eficiente.

É imprescindível a construção de um perfil diferenciado, atualizado e altamente especializado dos técnicos e agentes que compõem os seus respectivos órgãos para que possam exercer as suas funções de modo mais adequado e responder aos desafios atuais.

Essas funções demandam rápidas e profundas transformações em todos os campos do conhecimento, face à complexidade de atribuições e escassez de recursos onde o investimento no potencial humano é fundamental para o crescimento das pessoas e das equipes, o desenvolvimento e a modernização institucional. Para isso, faz-se mister que esses profissionais estejam adequadamente preparados em termos de capacitação profissional qualificada.

Dessa forma, visa-se à pronta aplicação prática, na dinâmica na qual o jurista e o operacionalizador são os pontos de intersecção entre a teoria e a prática, entre a ciência e a experiência.

Com base em experiências anteriores, sob o foco da relevância, identificou-se a necessidade de aperfeiçoamento especialmente em relação aos seguintes aspectos<sup>2</sup>:

**a) disseminação de entendimentos sobre administração tributária;**

b) integração dos estudos jurídicos no processo de desenvolvimento social e econômico do país;

**c) aperfeiçoamento de planejamento e execução da arrecadação, do controle e da fiscalização do crédito da fazenda pública;**

d) eficiência na aplicação de normas gerais e da legislação do Direito Tributário;

**e) ações éticas, com respeito às diferenças e valorização da pessoa humana sobre o prisma da sustentabilidade em todos os aspectos;**

f) aprimoramento da cobrança administrativa do crédito, de inscrição na dívida ativa da União;

**g) garantia do crédito;**


h) qualidade na gestão do direito creditório e benefícios fiscais;

**i) gerenciamento de processos judiciais;**

j) uniformização do entendimento nos órgãos do MF.

---

<sup>2</sup> Cf. MF. Esaf. Projeto pedagógico de evento. Especialização em Direito Tributário. Brasília: Esaf, 2017.



O Curso foi pensado de forma que essas necessidades sejam supridas, considerando os conteúdos a serem verificados no âmbito das disciplinas e a metodologia empregada. Adicionalmente, a forma como foi concebido o curso, estruturado em três eixos, sendo que o eixo I com quatro disciplinas e os eixos II e III cada um com cinco disciplinas, sendo que as quatro disciplinas eixo I e as quatro primeiras disciplinas dos eixos II e III são cursadas sem o uso de tutoria, facilita o acesso e o bom andamento do curso, ainda que ao acesso à internet não seja constante, bastando que haja uma programação para a participação. Apenas para três disciplinas, que tem cunho integrativo, é demandado um uso mais intensivo da internet, o que facilita a programação por parte do aluno, ainda que esteja lotado em local com acesso mais restrito à internet. Nesse sentido, o curso é acessível a todos.



## 3. OBJETIVOS DE FORMAÇÃO

### 3.1 Objetivo geral

Capacitar os discentes a compreender, analisar e tratar de maneira crítica, sob o ponto de vista multidisciplinar, as principais questões jurídicas, regulatórias e fiscalizatórias que envolvem a tributação, arrecadação e contencioso tributário no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

### 3.2 Objetivos específicos

a) aperfeiçoar o exercício profissional de servidores públicos vinculados às funções ou atividades relacionadas à aplicação do Direito Tributário;

**b) expandir qualitativamente a Ciência Jurídica, proporcionando maior interação com a sociedade, agentes públicos e agentes jurídicos;**

c) possibilitar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos do Direito Tributário dentro de um contexto complementar à formação na área tributária;

**d) gerar um novo perfil de operadores do Direito Tributário no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, atualizado e especializado;**

e) contribuir para com a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Tributário, sob o prisma da sustentabilidade em todos os seus aspectos, da ética e do respeito às diferenças e à pessoa humana;

**f) formar novo quadro de disseminadores de conhecimentos e estratégias que garantam a modernização e o melhor desempenho daqueles que se encontram ligados à área tributária; e**

g) possibilitar integração dos estudos jurídicos no processo de desenvolvimento social e econômico do país.

## 4. PÚBLICO-ALVO

Servidores da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista-Tributário da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## 5. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS DO EGRESSO

Após o encerramento do curso, com êxito, o discente disporá das seguintes habilidades:

I - entender e contextualizar o Direito Tributário sob os aspectos teórico e prático em um mundo em constante mudança;

II - disseminar entendimentos da administração tributária;

III - contribuir com a transformação cultural e a construção de um modelo mais moderno de aplicação e interpretação do Direito Tributário;

IV - cooperar para a integração dos estudos jurídicos no processo de desenvolvimento social e econômico do país;

V - compreender o Direito Tributário a partir das noções introdutórias do Direito e do Sistema Constitucional Tributário, das competências, do exame específico das espécies tributárias, da harmonização com outros sistemas tributários, da hermenêutica jurídica e da parte relacionada com as sanções tributárias;

VI - planejar e auxiliar na execução da fiscalização;

VII - entender as etapas da auditoria tributária;

VIII - contabilizar impostos diretos, indiretos e das contribuições;

IX - aplicar as normas gerais e a legislação do Direito Tributário;

X - agir no ambiente de trabalho de forma ética e com respeito às diferenças e valorização da pessoa humana, sobre o prisma da sustentabilidade em todos os aspectos;

XI - arrecadar e controlar o crédito da Fazenda Pública; realizar cobrança administrativa do crédito;



XII - inscrever créditos na Dívida Ativa da União; atuar na garantia do crédito;

XIII - gerir direito creditório e benefícios fiscais;

XIV - administrar a gestão, a tributação, a fiscalização e a arrecadação dos recursos necessários à manutenção dos fins a que se destina o Estado;

XV - identificar os mecanismos do planejamento tributário e os mecanismos legais de sua contenção;

XVI - acompanhar a evolução da jurisprudência e uniformizar o entendimento nos órgãos do MF.

## **6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA**

### **6.1. carga horária:**

360 (trezentos e sessenta) horas/aulas.

### **6.2. local e regime de aulas**

O curso será desenvolvido no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA – plataforma moodle, administrado pela a Enap.

### **6.3. Procedimentos de avaliação**

- a atividade de fixação é composta de questões objetivas, nas quais o estudante tem a oportunidade de demonstrar domínio de tópicos gerais explorados na disciplina e o aluno tem até 3 tentativas para realizá-la; a nota final será atribuída em uma escala de 0 a 10 pontos e será contabilizada na média final da disciplina;
- a atividade de aprofundamento é composta por uma questão dissertativa na qual o estudante demonstra domínio aprofundado sobre tópicos específicos abordados durante a disciplina, por meio de resposta elaborada em texto dissertativo; a nota final da atividade de aprofundamento será atribuída numa escala de 0 a 10 pontos e será contabilizada na média final da disciplina;
- a nota final da disciplina será atribuída numa escala de 0 a 10 pontos, sendo obtida pela média das notas alcançadas na atividade de fixação (até 10 pontos) e na atividade de aprofundamento (até 10 pontos);

- para ser aprovado na disciplina o aluno deve obter a nota 6,0, sendo contabilizada a partir da média entre a atividade de fixação e atividade de aprofundamento;
- o tutor irá publicar as notas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), e irá informar o aluno que não obteve a nota mínima para ser aprovado (6,0), bem como o orientará a realizar a atividade de recuperação;
- a atividade de recuperação será proposta pelo o professor docente conteudista da disciplina, deverá ser composta por duas questões dissertativas de acordo com o conteúdo desenvolvido na disciplina.

## 6.4. Material Didático

O material será desenvolvido por cada conteudista do curso e disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Com base nesta taxonomia, a seguir apresentamos o mapa das disciplinas que será disponibilizado para aluno no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do curso:



## 6.5. Trabalho de Conclusão de Curso

- aportado em experiências internacionais de pós-graduação com enfoque profissional, que incentivam e orientam seus estudantes a identificar uma demanda da sua realidade laboral e organizar uma solução para intervir sobre ela, o Curso de Especialização em Direito Tributário adotou uma abordagem de *problem solving* para o trabalho de conclusão de curso;
- dado o caráter profissional do curso, o TCC tem uma natureza aplicada e assume o modelo de um projeto de intervenção que consiste em uma proposta de ação do estudante para a resolução de um problema real observado em seu contexto de trabalho e (ou) para o aproveitamento de oportunidade de melhoria. A proposta poderá se dar no âmbito de processos, de políticas, de serviços etc; seja no nível interno ou externo da unidade funcional; desde que assuma uma delimitação precisa e apresente uma solução exequível. Ainda, o projeto de intervenção deve guardar indissociável relação com a proposta do curso (temática, escopo, objetivos, competências) e contribuir para a aplicação do Direito Tributário de forma efetiva, moderna e justa;
- o TCC, enquanto produto, é constituído por um canvas do projeto de intervenção (um recurso visual que consolida as informações do projeto em uma página única) e um resumo executivo do projeto de intervenção (um recurso escrito promocional destinado a divulgar o projeto);
- o aluno mobilizará conhecimentos especializados do Direito Tributário, conhecimentos próprios de sua experiência profissional e técnicas de investigação, reflexão e organização de informação para estudar e apropriar-se de seu contexto laboral e assim propor – na forma de projeto de intervenção – solução para questões e desafios concretos do Direito Tributário;
- embora diferencie-se de um trabalho tradicional, de natureza e estrutura acadêmicas, o trabalho de conclusão de curso deverá ser construído com espírito científico, usando materiais e recursos válidos para identificar, analisar e propor soluções para o Direito Tributário, com base em reflexão e em evidências;
- e ainda que não seja exigida a implementação do projeto de intervenção, o estudante se comprometerá a elaborar uma proposta factível, pois o conjunto de projetos de intervenção desenvolvidos no curso comporá banco de soluções em Direito Tributário, em repositório público, a fim de que o estudante autor do projeto de intervenção ou outro interessado possa utilizar-se da proposta para gerir e implementar o projeto de intervenção (quando e se do interesse);
- a disciplina Prática Orientada para Resolução de Problemas (TCC), realizada ao término do Eixos 3, é uma disciplina desenhada para construir e aprimorar capacidades em *problem solving* (resolução de problemas) – uma competência estratégica para responder aos desafios complexos do mundo atual. A disciplina fomenta as capacidades metodológicas que são requeridas na entrega do TCC, sob a lógica: TCC é destino e a disciplina é caminho.

## **6.6. Certificação**

O certificado a ser conferido ao concluinte do curso será de especialista em Direito tributário.

Para obtenção do certificado é necessário que o aluno cumpra todas as exigências relativas à avaliação nas disciplinas e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso.

## **7. METODOLOGIA**

Tendo em vista a concepção do Curso proposto, foram definidos os seguintes princípios pedagógicos: interdisciplinaridade, educação por toda a vida e autoaprendizagem.

### **Interdisciplinaridade**

Durante o Curso, o participante deve ser capaz de integrar os conteúdos aprendidos nos 3 (três) eixos, visando um conhecimento global sobre a realidade do direito tributário.

Nesse sentido, os conteúdos multimídias, atividades de fixação e aprofundamento, e materiais complementares propõem aos participantes dilemas que abordam mais de uma área disciplinar, com o objetivo de estimular a conexão entre os temas tratados e a sua aplicação prática.

### **Educação por toda a vida**

As profundas mudanças na economia, no conhecimento e nas organizações públicas e privadas, tornam a educação continuada, ou a educação por toda a vida (lifelong learning), uma exigência permanente para a vida em sociedade e profissional.

Assim, este Curso objetiva formar indivíduos capazes de “aprender a aprender” continuamente diante da rápida transformação da base científica e tecnológica. Para isso, apoia-se nos pressupostos da autoaprendizagem descritos a seguir.

### **Autoaprendizagem**

O adulto se caracteriza fundamentalmente pelo autodirecionamento, decorrente de uma maturação orgânica que o torna um ser independente e autônomo, e do acúmulo de experiências anteriores, inclusive educacionais, as quais se constituem em um importante banco de recursos para o desenvolvimento da sua aprendizagem. Segundo os pressupostos da andragogia (KNOWLES, 1998), a capacidade de aprender dos adultos envolve autonomia, orientação para tarefas relacionadas aos seus papéis sociais e solução de problemas práticos.

Na aprendizagem autônoma, os aprendizes não são objetos da condução educacional, mas sujeitos de sua própria educação (PETERS, 2001). Em termos pedagógicos, isto envolve a criação de um ambiente construtivista de ensino- aprendizagem, em que os participantes contem com suporte e orientação apropriados, bem como repositórios de informação para estudo complementar, ferramentas de comunicação e gerenciadores de tarefas individuais que lhes permitam organizar seus próprios estudos de maneira flexível.

## 7.1. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Espelhando os princípios de interdisciplinaridade, educação por toda a vida e autoaprendizagem, a metodologia de ensino e aprendizagem proposta para os 3 (três) eixos do Curso implica a combinação equilibrada de autoestudo e atividades individuais assíncronas, tendo por fios condutores a interação direta do participante com conteúdo e ferramentas.

### Interação equipe de apoio-participante

A interação com a equipe de apoio da ENAP se concretiza nas atividades assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (haverá um canal de comunicação para obter dados relacionados com os assuntos abordados no Curso). Sobre o papel do tutor, o curso está estruturado com as seguintes premissas:

- **não haverá acompanhamento de tutoria nas disciplinas de conteúdo específico do direito tributário, exceto na disciplina Prática Orientada para a Resolução de Problemas no eixo 3 (TCC), o objetivo é que estudante tenha suporte ao longo da jornada até a entrega do projeto de intervenção que constitui seu TCC;**
- o tutor irá mediar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos por meio da seguinte dinâmica: webconferência em grupo agendada previamente pelo tutor para dúvidas e outras informações; feedback via AVA sobre as atividades da oferta 1 e 2; fórum de dúvidas do AVA;
- **será por meio da disciplina Prática Orientada para a Resolução de Problemas (TCC), última disciplina do eixo III, que os alunos serão orientados sobre o conteúdo de metodologia e técnicas de pesquisa para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);**
- as disciplinas de conhecimentos específicos do direito tributário serão autoinstrucionais e sem o acompanhamento do tutor, entretanto, os alunos contam com um fórum de dúvidas ofertado pela ENAP para solucionar questões pontuais relacionadas aos conteúdos e legislação que não foram possíveis esclarecer com o material da disciplina;

- **as dúvidas serão selecionadas pela Coordenação e encaminhados aos professores conteudistas e as respostas compartilhadas no fórum de dúvidas disponível no curso, não havendo interação direta entre o aluno e o professor;**
- as atividades de aprofundamento serão corrigidas por um tutor especialista específico para cada Eixo temático que atuará exclusivamente nesta atividade.

### **Interação entre os participantes**

A interação com os outros participantes do Curso se dá pelo fórum de discussão, sobretudo no debate que ocorrerá com acompanhamento do tutor na Disciplina Prática Orientada para a Resolução de Problemas – (TCC).

### **Interação participante-conteúdo**

A interação com o conteúdo se dá por meio dos objetos de aprendizagem - materiais multimídia, incluindo navegação em conteúdo no formato e-books, hipertexto, leitura de documentos online, acesso a vídeos, manipulação de casos reais ou adaptados, visita a sites recomendados e exploração de conteúdos por meio das atividades propostas.

### **Interação participante-ferramentas**

Os participantes também interagem com ferramentas, desde as mais comuns como softwares de apresentação de conteúdos e vídeos. No caso de dúvidas sobre o funcionamento do sistema os participantes contam com o apoio da equipe de apoio do curso, à disposição em horário comercial, por meio de e-mail.

### **Atividades**

Ao longo de cada eixo os participantes realizam atividades que envolvem a resolução de exercícios de fixação. Tais atividades são realizadas individualmente, conforme o design instrucional<sup>3</sup> do eixo, e são sempre registradas no ambiente virtual de aprendizagem. O participante somente iniciará o eixo seguinte após a conclusão dos estudos dos conteúdos e atividade de fixação do respectivo eixo.

---

<sup>3</sup> de acordo com Andrea Filatro (2007), design instrucional é compreendido como o planejamento do processo de ensino e aprendizagem, incluindo atividades, estratégias, sistemas de avaliação, métodos e materiais instrucionais dos Cursos na modalidade a distância.

## Eixos e Disciplinas do Curso

A dinâmica dos eixos e disciplinas está planejada com a seguinte organização:

- os três eixos estão organizados por nível de complexidade com a seguinte taxonomia: Eixo 1 –Introdução ao Direito Tributário; Eixo 2 - Legislação Tributária (Tributos em espécie), e Eixo 3 -Aspectos Específicos do Ordenamento Tributário;
- cada eixo está estruturado com quatro disciplinas sobre temas e conceitos específicos do direito tributário, e no eixo III a disciplina Prática Orientada para a Resolução de Problemas (TCC);
- cada disciplina está organizada em três unidades e em cada unidade será disponibilizado um conteúdo de autoestudo no formato e-book, vídeo e/ou artigo;
- a organização geral de cada disciplina contempla a seguinte taxonomia: (1) vídeo apresentação da disciplina; (2) um pré-teste; (3) três unidades e respectivos conteúdos de autoestudo – um conteúdo de autoestudo para cada unidade; (4) uma atividade de fixação (múltipla escolha, verdadeiro/falso e associação) sobre os temas e conceitos abordados nas três unidades, (5) uma atividade de aprofundamento por meio da qual o aluno irá responder uma questão dissertativa na qual o estudante demonstra domínio aprofundado sobre tópicos específicos abordados durante a disciplina;
- o pré-teste não será critério de avaliação e poderá ser realizada com tentativas ilimitadas.

A estrutura de cada disciplina seguirá a seguinte taxonomia:

- um vídeo de apresentação da disciplina;
- atividade diagnóstica;
- 3 unidades de aprendizagem com a seguinte estrutura para cada uma delas: podcast, conteúdo básico (e-book, artigos e/ou vídeos);
- uma atividade de avaliação com 10 questões com as opções de múltipla escolha, verdadeiro/falso e associação. As questões são sugeridas pelos conteudistas do curso.
- exercício avaliativo complementar à avaliação de aprendizagem de cada disciplina (correspondendo a 50% da nota final), composto por duas questões dissertativas nas quais o estudante demonstra domínio aprofundado sobre tópicos específicos abordados durante a disciplina, por meio de resposta elaborada em texto dissertativo;
- materiais complementares: bibliografia de leitura e referências interativas.

## 8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

DISCIPLINA	CH
<b>Eixo I – Introdução ao Direito Tributário</b>	
Análise Econômica do Direito	25h
Hermenêutica Jurídica Aplicada ao Direito Tributário	25h
Direito Constitucional Tributário	25h
Direito Tributário Aplicado (Normas Gerais de DT)	25h
<b>Eixo II – Legislação Tributária (Tributos em espécie)</b>	
Legislação Tributária – Contribuições Previdenciárias e o PIS/Cofins.	25h
Legislação Tributária – Imposto sobre a Produção e a Circulação (IPI, ICMS, ISS e IOF)	25h
Legislação Tributária – IRPF, IRPJ e CSLL	25h
Legislação Tributária – Imposto sobre o Comércio Exterior e Direito Aduaneiro.	25h
<b>Eixo III - Aspectos específicos do Ordenamento Tributário</b>	
Contabilidade Tributária	25h
Processo Administrativo Fiscal- PAF	25h
Execução Fiscal e Direito Tributário Penal	25h
Direito Internacional Tributário e Planejamento Tributário	25h
Prática Orientada à Resolução de Problemas - PORP	60h
<b>TOTAL DE HORAS</b>	<b>360h</b>
<b>TCC</b>	Não há horas alocadas

### Carga-horária semestral

- Eixo I – Introdução ao Direito Tributário ● 100h
- Eixo II – Legislação Tributária (Tributos em espécie) ● 100h
- Eixo III - Aspectos específicos do Ordenamento Tributário ● 120h



Assim, a proposta é estruturada em três eixos, com as disciplinas agrupadas por proximidade temática como segue:

### **Eixo I – Introdução ao Direito Tributário**

- 1 - Análise Econômica do Direito
- 2 - Hermenêutica Jurídica Aplicada ao Direito Tributário
- 3 - Direito Constitucional Tributário
- 4 - Direito Tributário Aplicado (Normas Gerais de DT)

As quatro disciplinas do Eixo I correspondem as disciplinas de caráter geral, em nível introdutório do programa.

### **Eixo II – Legislação Tributária (Tributos em espécie)**

- 1 - Legislação Tributária – Contribuições Previdenciárias e o PIS/Cofins.
- 2 - Legislação Tributária – Imposto sobre a Produção e a Circulação (IPI, IOF, ICMS e ISS)
- 3 - Legislação Tributária – IRPF, IRPJ e CSLL
- 4 - Legislação Tributária – Imposto sobre o Comércio Exterior e Direito Aduaneiro.

O Eixo II contém disciplinas dos tributos do sistema tributário nacional, com foco mais específico nos tributos federais. Trata-se, portanto, de Eixo que só contém legislação tributária específica para os tributos considerados.

### **Eixo III - Aspectos Específicos do Ordenamento Tributário**

- 1 - Contabilidade Tributária
- 2- Processo Administrativo Fiscal- PA
- 3 - Execução Fiscal e Direito Tributário Penal
- 4 - Direito Internacional Tributário e Planejamento Tributário
- 5 - Prática Orientada à Resolução de Problemas - (TCC)

As últimas quatro disciplinas com conteúdo específico correspondem a temas complementares, mas relevantes no Direito Tributário, sob um enfoque prático e também destinados a verificar aspectos importantes que não foram objeto de tratamento anterior. No Eixo III ocorrerá a primeira oferta da Prática Orientada à Resolução de Problemas, uma disciplina desenhada para construir e aprimorar capacidades em problem solving (resolução de problemas) – uma competência estratégica para responder aos desafios complexos do mundo atual. Nessa configuração, o TCC assume o modelo de um projeto de intervenção que consiste em uma proposta de ação do estudante para a resolução de um problema real observado em seu contexto de trabalho. O TCC, enquanto produto, é constituído por um canvas do projeto de intervenção e um resumo executivo do projeto

de intervenção que consiste em uma proposta de ação do estudante para a resolução de um problema real observado em seu contexto de trabalho. O TCC, enquanto produto, é constituído por um canvas do projeto de intervenção e um resumo executivo do projeto de intervenção. A disciplina fomentará as capacidades metodológicas que são requeridas na entrega do TCC, sendo que na primeira oferta o estudante deverá demonstrar compreensão da sua jornada na disciplina e da estrutura do projeto de intervenção organizado por meio do canvas e do resumo executivo; delimitar um problema e enquadrá-lo dentro da proposta temática do curso; analisar e registrar as causas desse problema; definir e registrar uma solução para o problema.

Na oferta da Prática Orientada à Resolução de Problemas será o momento para o estudante elaborar e concluir o trabalho de conclusão de curso com o preenchimento do canvas e do resumo executivo.

**Observação:**

Nos eixos II e III ocorrerá a Disciplina Prática Orientada à Resolução de Problemas que fomentará as capacidades metodológicas que são requeridas na entrega do TCC, portanto, o conteúdo de Metodologia e Técnicas de Pesquisa está agregado no conteúdo desta disciplina e, por decorrência, eliminando essa disciplina da grade.



## 9. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

### Eixo I

#### Disciplina: Análise Econômica do Direito

**Ementa:** Direito e Economia. Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito Teoria da Escolha Racional. Teoria do Preço. Demanda. Oferta. Equilíbrio de Mercado. Elasticidade. Mercados perfeitos e imperfeitos. Análise marginal. Eficiência. Externalidades. Risco. A metodologia da microeconomia na análise do direito, em especial nas instituições do direito de propriedade, contratos e, também, a atuação do Estado, relativa a esses aspectos, como regulação e política tributária.

**Objetivo:** Introduzir o aluno ao tema da análise econômica do Direito, também conhecido como Direito e Economia, de forma a entender e desenvolver a capacidade de utilizar o ferramental teórico da confluência desses campos de conhecimento para resolver e propor soluções de problemas práticos, especialmente os relacionados à administração tributária.

#### Bibliografia Básica

CALIENDO, Paulo. *Direito Tributário e Análise Econômica do Direito. Uma visão crítica*. São Paulo: Elsevier, 2009.

COOTER, Robert; ULLEN, Thomas. *Direito & Economia*. Trad. da 5ª Ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia*. São Paulo, Thomson Learning Edições, 2006.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; KLEIN, Vinicius. *O que é análise econômica do direito: uma introdução*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

RODRIGUES, Vasco. *Análise Econômica do Direito – Uma Introdução*. Lisboa: Almedina, 2007.

## Bibliografia Complementar

BAR-GILL, Oren; EPSTEIN, Richard A., Consumer contracts: Behavioral Economics vs. Neoclassical Economics. NYU *Law and Economics Research Paper* N° 7-17; *Minnesota Law Review*, v. 92, 2007-2008. <http://ssrn.com/abstract=982527>.

BRENNAN, Geoffrey; BUCHANAN, James M. *The Power to Tax- Analytical Foundations of a Fiscal Constitution*. New York: Cambridge University Press, 2006.

BUCHANAN, James M. *Custo e Escolha – Uma indagação em teoria econômica*. Luiz Antonio Pedroso Rafael (Trad.) São Paulo: Inconfidentes, 1993.

COASE, Ronald. The Problem of social Cost. *The Journal of Law & Economics*. Volume III. October 1960.

PATRÍCIO, Miguel Carlos Teixeira. *Análise Económica da Litigância*. Coimbra: Almedina, 2005.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, Economia e Mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

POSNER, Richard. A. *Economic Analysis of Law*. 9. Ed. Aspen Publishers, 2014.

**Ementa:** Diferenciação entre hermenêutica jurídica e interpretação; sistemas de hermenêutica; a importância prática da interpretação pela administração tributária; a interpretação das leis face os princípios constitucionais e tributários; integração da lei tributária; métodos e sistemas de interpretação; validade, vigência, eficácia e revogação das leis; vacatio legis; leis de ordem pública – normas imperativas e proibitivas. Linguagem do direito e interpretação; planos da linguagem (sintática, semântica e pragmática); tipos de linguagem (linguagem natural, técnica e simbólica); a textura aberta do direito; a definição e redefinição das palavras da lei. Os procedimentos interpretativos (interpretação filológica, lógica, sistemática e histórica); as escolas de hermenêutica jurídica; posturas interpretativas: axiomática-dedutiva e axiológica-teleológica. O problema da completude do ordenamento jurídico; o problema das lacunas no direito tributário e integração do sistema jurídico; identificação das lacunas; colmatação das lacunas no direito tributário. O problema da coerência do ordenamento jurídico; classificação das antinomias; antinomias jurídicas no direito tributário; critérios de resolução das antinomias; antinomias de segundo grau e meta critérios de resolução.

**Objetivo:** Apresentar aos participantes a repercussão da hermenêutica jurídica – e de suas técnicas tradicionais e mais recentes – no âmbito do Direito Tributário. Ao final do curso o aluno será capaz de reconhecer as técnicas de interpretação relacionadas ao Direito Tributário e ao enfrentamento do problema da colmatação de lacunas normativas; compreender a questão da coerência do ordenamento jurídico e a resolução das antinomias; reconhecer as diversas escolas de hermenêutica; interpretar o Direito à luz de vetores de justiça ou de eficiência; avaliar a produção jurisprudencial, especialmente do Supremo Tribunal Federal, no que se refere aos grandes temas do neoconstitucionalismo, a exemplo dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; e avaliar a recepção do law and economics pelo direito brasileiro, explorar os recursos da interpretação econômica do Direito Tributário, bem como as teorias do abuso das formas, da fraude à lei e do propósito negocial.

## **Bibliografia Básica**

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) Crise: Uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; KLEIN, Vinicius. *O que é análise econômica do Direito: uma introdução*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

RODRIGUES, Vasco. *Análise Econômica do Direito – Uma Introdução*. Lisboa: Almedina, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. *Normas de Interpretação e Integração no Direito Tributário*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

## **Bibliografia Complementar**

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Memória jurisprudencial: Ministro Aliomar Baleeiro – Brasília: Supremo Tribunal Federal*, 2006.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Processo constitucional no Brasil: nova composição do STF e mutação constitucional in Revista de Direito Constitucional e Internacional*, no 57, 2006, p. 100-108.

ARNAUD, André-Jean (org.). *Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito*. Tradução de Vicente de Paulo Barreto. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

ATIENZA, Manuel. *Las razones del derecho: teorías de la argumentación jurídica*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

BARROSO, Luís Roberto (org.). *A nova interpretação constitucional: ponderações, direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003.

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria Geral do Direito Tributário*. 4a edição, São Paulo: Noeses, 2007.

BITTAR, Eduardo C.B. *Linguagem Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Tradução de Cláudio de Cicco e Maria Celeste C. J. Santos. São Paulo: Polis; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*, Coimbra: Almedina, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado*, 2a edição, Porto Alegre: Fabris, 1992.

CASSONE, Vittorio. *Interpretação no Direito Tributário: teoria e prática*, São Paulo: Atlas, 2004.

COELHO, Inocêncio Mártires. *Interpretação constitucional*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.

COELHO, Inocêncio Mártires. *Interpretação Constitucional*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.

COELHO, Luiz Fernando. *Lógica Jurídica e Interpretação das Leis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

COOLEY, Thomas McIntyre. *A treatise on the constitutional limitations which rest upon the legislative power of the states of the American Union*, Boston: Little, Brown, and Company, 1868.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *A ciência do Direito*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

FREITAS, Juarez. *A Interpretação Sistemática do Direito*. São Paulo: Malheiros, 1995.

HART, Herbert L. A. *O conceito de direito*. Tradução de A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 3ª ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RAMOS, Elival da Silva. *A proteção dos direitos adquiridos no Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2003.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*, São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, Elival da Silva. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROCHA, Sérgio André. *Da Lei à Decisão: A Segurança Jurídica Tributária Possível na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

ROESLER, Claudia. *Theodor Viehweg e a Ciência do Direito: Tópica, Discurso, Racionalidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) Crise: Uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 8ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. *Normas de interpretação e integração do Direito Tributário*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1994

WARAT, Luis Alberto. *Introdução Geral ao Direito*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1996. Vol. I, II e III.

WARAT, Luiz Alberto. *O Direito e sua Linguagem*. 2ª ed. Porto Alegre: Fabris, 1995.

WRÓBLEWSKI, Jerzy. Interpretação Jurídica. In: ARNAUD, André-Jean (org). *Dicionário Enciclopédico de Teoria e Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.



**Ementa:** Constituição Federal. Princípios constitucionais tributários, regras de competência tributária, distinção das espécies dos tributos; caracterização da natureza das contribuições e empréstimos compulsórios; competência e capacidade ativa: dos impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Lei complementar tributária. Princípios da Administração e tributação. Moralidade tributária. Direitos humanos e tributação. Constituição e tratados internacionais tributários. A aplicação de princípios constitucionais da legalidade, anterioridade, não confisco e irretroatividade. Substituição tributária. Imunidades tributárias. Constituição, tributação e ambiente econômico: extrafiscalidade e sustentabilidade. Sanções tributárias e seus limites constitucionais. Repercussão das decisões em controle difuso e concentrado de constitucionalidade e efeitos da concessão, ou não, de liminares em ADINs.

**Objetivo:** fornecer aos participantes um aparato analítico e embasamento teórico para a compreensão do Direito Constitucional Tributário sob as perspectivas das principais categorias presentes na ciência do Direito Tributário, das regras de competência, da imunidade e seus limites e autonomia, do estudo das suas fontes, dos fatos jurídicos produtores de normas e dos instrumentos introdutórios de regras no ordenamento. Ao final desta disciplina o egresso deverá ser capaz de compreender as principais questões jurídicas relativas ao sistema constitucional tributário; analisar os principais aspectos dos princípios e regras que constituem o sistema tributário constitucional brasileiro; reconhecer as principais categorias vinculadas à matriz constitucional do Direito Tributário brasileiro e das questões a ela diretamente relacionadas, em suas variáveis normativas, doutrinárias e jurisprudenciais; e identificar soluções aos principais problemas teóricos relativos ao sistema constitucional tributário.

### **Bibliografia Básica**

BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7ª ed. Atualizado por Mizabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo; IBRAHIM, Fábio Zambitte; OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. (orgs.) Análise Crítica da Jurisprudência Tributária do Supremo Tribunal Federal. Salvador: Juspodivm, 2017.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

VELLOSO, Andrei Pitten. Constituição Tributária Interpretada. 23ª ed. rev. e at. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2016.

### **Bibliografia Complementar**

ÁVILA, Humberto. *Sistema constitucional tributário*. 17ª ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BALEEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 7ª ed. Atualizado por Mizabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BRANCO, Paulo Gonet; MEIRA, Liziane Angelotti; CORREIA NETO, Celso de Barros. (orgs). *Tributação e Direitos Fundamentais conforme a jurisprudência do STF e STJ*. São Paulo: Saraiva: 2012.

MELO, João Paulo Fanucchi de Almeida. *Princípio da capacidade contributiva: a sua aplicação nos casos concretos*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

NABAIS, José Casalta. *O dever fundamental de pagar impostos: contributo para a compreensão constitucional do Estado fiscal contemporâneo*. Coimbra: Almedina, 1998.

NUNES, Cleucio Santos. *Justiça Tributária*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

PAIVA, Paulo Alves da Silva. *Tributação e Meio Ambiente: A tributação como instrumento de proteção ambiental*. Porto Alegre: Fabris, 2013.

PAWLOWSKY, *A utilização do tributo com efeito de confisco e sua vedação constitucional*. Belo Horizonte: Forum, 2012.

SABBAG, Eduardo. *Imunidade Tributária Recíproca e os Impostos Indiretos: Uma Interpretação Conforme o Estado Federal*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2013.

SANTOS, Nélida Cristina dos. *A capacidade contributiva e os símbolos de riqueza*. São Paulo: Lex, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. Os Direitos Humanos e a Tributação – Imunidades e Isonomia. 2ª ed. Vol III do Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. *Limitações constitucionais ao poder de tributar e tratados internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. Acerca de decisões relevantes do STF sobre o sistema constitucional tributário. In MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; VALE, André Rufino do (orgs.). *A jurisprudência do STF nos 20 anos da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira; BASTOS, Ricardo Victor Ferreira. (orgs.) *Repercussão Geral: Análise de Casos do ICMS*. São Paulo: Intelecto, 2018.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. *Comentários sobre as alterações tributárias à Constituição de 1988*. Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa, Portugal, v. 413, p. 07-133, 2004.

VELLOSO, Andrei Pitten. *O Princípio da Isonomia Tributária: Da Teoria da Igualdade ao Controle das desigualdades Impositivas*; Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

ZILVETI, Fernando Aurélio. *Princípios de Direito Tributário e a Capacidade Contributiva*. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

**Ementa:** Legislação tributária. Categorias tributárias. Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamento. Responsabilidade tributária. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Elisão fiscal e ilícito tributário. Administração tributária. Sanções tributárias.

**Objetivo:** capacitar os participantes para a compreender a relação jurídica tributária e o surgimento do crédito tributário, bem como as situações de elisão e evasão tributária. Ao final desta disciplina o egresso deverá ser capaz de: distinguir vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária; identificar os elementos da obrigação tributária; distinguir as hipóteses de responsabilidade tributária; conceituar crédito tributário; descrever as hipóteses de constituição do crédito tributário; sintetizar os efeitos da constituição do crédito tributário; categorizar suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário; sintetizar os efeitos da suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário; comparar elisão fiscal lícita e ilícita; e identificar os princípios aplicáveis às sanções tributárias.

### **Bibliografia Básica**

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

COSTA, Regina Helena. *Curso de direito tributário: Constituição e Código Tributário Nacional*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

FREITAS, Vladimir Passos. (org.) *Código Tributário Nacional Comentado*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2013.

SCHOUERI, Luis Eduardo. *Direito Tributário*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

### **Bibliografia Complementar**

AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BALEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 8ª ed. Atualizado por Misabel. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

GODOI, Marciano Seabra de (coord.). *Sistema tributário nacional na jurisprudência do STF*. São Paulo: Dialética, 2002.

GRECO, Marco Aurelio. *Planejamento Tributário*. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 2011.

MEIRA, Liziane Angelotti. *Tributos sobre o Comércio Exterior*. São Paulo: Saraiva, 2012.

PAULSEN, Lenadro. *Curso de Direito Tributário (completo)*. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PAULSEN, Leandro. *Direito tributário: Constituição e Código tributário nacional à luz da doutrina e da jurisprudência*. 14ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PAULSEN, Leandro. *Responsabilidade e Substituição tributárias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito Constitucional Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. O Artigo 132 do CTN e a Impossibilidade de Anistia por Contrato Privado. *Revista Brasileira de Direito*, v. 12, p. 174-183, 2016.

## EIXO II

Disciplina: Legislação Tributária – Contribuições Previdenciárias e o PIS/Cofins

**Ementa:** contribuição para o PIS/Pasep e Cofins: previsão constitucional, histórico, regime de apuração cumulativa e regime de apuração não cumulativa, substituição tributária e monofasia. Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação. Jurisprudência relativa à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins (judicial e administrativa). Contribuições Previdenciárias: Previsão constitucional. Contribuintes. Regimes de tributação.

**Objetivo:** capacitar os participantes para aplicação das legislações do PIS/Cofins e das contribuições previdenciárias, conscientizando-os das principais dificuldades relacionadas a essas contribuições e propiciando ferramentas conceituais para compreensão e resolução de problemas relacionados. Possibilitar aos participantes identificar as contribuições conforme previsão constitucional; entender o regime de apuração não cumulativa do PIS/Cofins; aplicar corretamente a legislação de regência do PIS/Cofins; compreender a substituição tributária e a monofasia aplicáveis ao PIS/Cofins; e compreender os fundamentos legais e os regimes e tributação das contribuições previdenciárias.

### Bibliografia Básica

BERGAMINI, Adolpho; VERGINELLI, Carolina Velloso, GALAFASSI, César Augusto; ONO, Juliana M. O.; OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de; F. DE OLIVEIRA, Jonathan José; ALMEIDA, Vanessa M. De M. P. De. Manual do PIS e da COFINS. 4ª ed. Fiscosoft Editora, 2013.

BERGAMINI, Adolpho; PEIXOTO, Marcelo Magalhães. (coord.) PIS e COFINS na teoria e na prática: uma abordagem completa dos regimes cumulativo e não cumulativo. 4ª ed. São Paulo: APET, 2017.

## Bibliografia Complementar

PAULSEN, Leandro. *Contribuições - Custeio da Seguridade Social*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

AVILA, Rene Bergmann. PORTO, Éderson Garin; *Cofins*. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2005.

OLIVEIRA, Fábio Rodrigues. *Definição de Insumos Para Apropriação de Créditos do Pis e da Cofins*. São Paulo: Fiscosoft, 2014.

BORGES, Eduadro. (Coord.) *PIS/COFINS – Apropriação de Créditos – Conceito de Insumos: Posicionamentos do CARF*. São Paulo: QuartierLatin, 2014.

PETRY, Rodrigo Caramori. *Contribuições PIS/PASEP e Cofins: limites constitucionais da tributação sobre o "faturamento", a "receita" e a "receita operacional" das empresas e outras entidades no Brasil*. São Paulo: QuartierLatin, 2009.

STUDART, André. *Arrecadação e recolhimento das contribuições previdenciárias*. QuartierLatin, 2007.

VALENTE, Christiano Mendes Wolney. *Pis/Pasep e Cofins Não-Cumulativos*. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2016.

RECH, João Hamilton; A incidência da contribuição para o PIS/PASEP-importação e da COFINS-importação sobre a importação de serviços. *Revista Direito tributário em questão: revista da FESDT*. Porto Alegre: FESDT, 2008.

Disciplina: Legislação Tributária – Imposto sobre a Produção e a Circulação (IPI, IOF, ICMS e ISS)

**Ementa:** Imposto sobre produtos industrializados (IPI). O IPI no Sistema Tributário Nacional. Princípios Constitucionais. Aspectos espacial, temporal e material do fato gerador. Aspecto Subjetivo do fato gerador – Contribuintes e responsáveis. Aspecto quantitativo. Base de cálculo. Apuração e Recolhimento do Imposto. Créditos do IPI. Obrigações acessórias. A não cumulatividade no IPI: normas aplicáveis, aspectos polêmicos, jurisprudência (judicial a administrativa).

Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF. O IOF no Sistema Tributário Nacional Legislação de regência. Principais aspectos de suas incidências (câmbio crédito, seguro e títulos e valores mobiliários). Noções introdutórias sobre o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação – ICMS. O ICMS no Sistema Tributário Nacional, fato gerador, não incidência, sujeição passiva, substituição tributária, regime de compensação, base de cálculo, incentivos fiscais. Noções introdutórias sobre o Imposto sobre Serviços – ISS. O ISS no Sistema Tributário Nacional Aspectos nucleares do ISS, fato gerador: incidência e contribuintes. Legislação de regência.

**Objetivo:** Capacitar os participantes para aplicação dos Impostos sobre Produtos Industrializados – IPI, do ICMS, do ISS e do IOF, conscientizando-os das principais dificuldades na aplicação das normas jurídicas e propiciando ferramentas conceituais para compreensão e resolução de problemas relacionados. Possibilitar aos participantes a discutir as bases Constitucionais do IPI, ICMS, ISS e IOF; a relacionar os principais aspectos relativos à incidência e cobrança dos impostos IPI, ICMS, ISS e IOF; a elencar os principais aspectos relativos à incidência e cobrança dos impostos sobre a circulação e consumo; a discutir dispositivos contidos na Constituição Federal e na lei complementar atinentes aos IPI, ICMS, ISS e IOF; e a relacionar os principais aspectos relativos à incidência e não incidência dos impostos, sujeição passiva, base de cálculo, incentivos fiscais, relativos ao IPI, ICMS, ISS e IOF.

### **Bibliografia Básica**

CARNEIRO, Cláudio. *Impostos Federais, Estaduais e Municipais*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MELO, José Eduardo Soares de.; LIPPO, Luiz Francisco. *A não-cumulatividade tributária*. São Paulo: Dialética, 1998.

BOTALLO, Eduardo Domingo. Fundamentos do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2002.

### **Bibliografia Complementar Geral**

TEIXEIRA, Alessandra Machado Brandão. *A Tributação sobre o Consumo de Bens e Serviços*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.



GIGLIO, Guilherme. *O ICMS e o IPI nas Reorganizações Societárias*. São Paulo: Almedina; 2016.

ESTURILLO, Regiane Binhara. *A seletividade no IPI e no ICMS*. São Paulo: Quatier Latin, 2008.

### **Bibliografia Complementar Específica por Imposto IPI**

CAMPOS, Roberto de Siqueira. O furto de produtos industrializados e a legalidade do IPI e do ICMS. *Revista Dialética de Direito Tributário*, n. 10.

CORREA, Renata. IPI, Base de cálculo e valor tributável mínimo. In: PEIXOTO, Marcelo Magalhães; MELO, Fábio Soares de. *IPI – Questões Fundamentais*. p. 127-144, São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de P.; VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. *IPI: temas Constitucionais Polêmicos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MASCARENHAS, Raymundo Clovis do Valle Cabral. *Tudo sobre IPI: imposto sobre Produtos Industrializados*. 5a ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MELO José Eduardo Soares de. *O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 1991.

Pareceres e Atos Declaratórios do IPI consolidados. 1970-1989. São Paulo : IOB, 1990.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira; SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon Pontes de, *IPI: Temas Constitucionais Polêmicos*. Belo Horizonte : Forum, 2009.

VALLE, Maurício Dalri Timm do. *Princípios Constitucionais e Regras-Matrizes de Incidência Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI*. São Paulo: Noeses, 2016.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. A majoração do IPI por decreto do Poder executivo e a limitação pela noventena constitucional. In: SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de P.;

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. (orgs.) *IPI: temas Constitucionais Polêmicos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SANTOS, Ana Paula de Mesquita Maia; SANTOS, Paulo Lenir dos. *O novo Regulamento do IPI Anotado e Comentado*. Sapucaia do Sul: Nota Dez, 2010.

TOLEDO, José Eduardo Tellini. *O Imposto sobre Produtos Industrializados: incidência tributária e princípios constitucionais*. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2006.

## **ICMS**

ÁVILA, Rene Bergmann. *ICMSLC 87/96 Comentada e anotada*. 2ª.ed. Porto Alegre, Editora. Síntese, 1997

BORBA, Cláudio. *ICMS*. Rio de Janeiro, 2ª. Editora Campus, 2006

CARRAZA, Roque Antonio. *ICMS*. 17ª Edição rev. e ampl. São Paulo: Malheiros: 2015.

DINIZ, Pedro. *ICMS do DF comentado*. Rio de Janeiro, Ed. Ferreira, 2010

HARADA, Kiyoshi . *ICMS*. Doutrina e Prática. São Paulo: Atlas, 2017.

KOCH, Deonízio. *Manual do ICMS Comentários à Lei Complementar nº 87/96*. 2ª. Curitiba: Juruá, 2010

MELO, José Eduardo Soares de. *ICMS Teoria e Prática*. 14ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

QUINTANS, Luiz Cezar. *ICMS: Aplicável a todos os Estados* - eBook Kindle, sd.

## **ISS**

HARADA, Kiyoshi. *ISS Doutrina e Prática*. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Manual do Imposto sobre Serviços*. 10ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MELO, José Eduardo Soares de. *ISS. Teoria e Prática*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de Oliveira. *Manual Avançado do Imposto sobre Serviços*. São Paulo, Lex Editora, 2006

OLIVEIRA, José Jayme de Macedo. *Impostos Municipais - ISS-ITBI-IPTU*, São Paulo, Editora Saraiva, 2009

PATROCÍNIO, José Antônio. *ISS. Teoria, Prática e Jurisprudência*. 4ª ed. rev. at. São Paulo: RT, 2018

TAUIL, Roberto. *ISS perguntas e respostas*. Juiz de Fora-MG, Juizforana, 2009.

## **IOF**

CARNIO, Thais Cintia. *IOF. Teoria, Prática e Intervenção Estatal*. São Paulo: Atlas, 2015

LAURIANO, Paulo. *IOF - Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio* - Col. IOB de Resumos Tributários - Vol.11 . São Paulo: Editora: IOB SAGE, 2015.

## **Disciplina: Legislação Tributária – IRPF, IRPJ e CSLL**

**Ementa:** o conceito de renda à luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência pátria. Imposto de Renda da Pessoa Física: base de cálculo, rendas tributáveis e deduções. A base de cálculo e as modalidades de apuração do IRPF. Disposições gerais aplicáveis a qualquer modalidade de apuração do IRPJ. Lucro Presumido e Arbitrado. As alterações na legislação do IRPJ/CSLL: o fim do RTT e a mudança de paradigma trazida pela Lei 12.973/14. Lucro real: conceito de lucro real, quem está obrigado ao lucro real, modalidades de lucro real: anual e trimestral. Lucro real anual: base estimada, balancete de suspensão ou redução e multa por falta de recolhimento do IRPJ-estimativa. Lucro real: custos, despesas, receitas, ajustes ao lucro líquido e compensação de prejuízos fiscais. Aspectos gerais da legislação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Questões polêmicas no contencioso administrativo sobre IRPJ e CSLL.

**Objetivo:** Capacitar os participantes para aplicação do Imposto sobre Renda, conscientizando-os das principais dificuldades na aplicação das normas jurídicas e propiciando ferramentas conceituais para compreensão e resolução de problemas relacionados. Possibilitar aos participantes identificar os princípios constitucionais e imunidades relativos ao imposto sobre a renda e provento de qualquer natureza e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

explicar o conceito de renda à luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência pátria; compreender a base de cálculo e as modalidades de apuração do IRPF; identificar principais questões envolvendo o cálculo do lucro real: custos, despesas, receitas, ajustes ao lucro líquido e compensação de prejuízos fiscais; e entender as alterações na legislação do IRPJ/CSLL: o fim do RTT e a mudança de paradigma trazida pela Lei 12.973/14.

### **Bibliografia Básica**

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. *Fundamentos do Imposto de Renda*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. *Impostos federais, estaduais e municipais*. 10ª ed. ver. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. *Contabilidade Tributária - Um Enfoque Nos IFRS e na Legislação do IRPJ*. São Paulo: Atlas, 2015.

### **Bibliografia Complementar**

TIPKE, Klaus e LANG, Joachim. *Direito Tributário*. Porto Alegre, Sergio Fabris Editor, 2014.

QUEIROZ, Luís Cesár Souza de. *Imposto sobre a Renda – Requisitos para a uma Tributação Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. *Imposto de Renda das Empresas*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2016

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. *Imposto de Renda das Empresas Interpretação e Práticas*. 34ª ed. São Paulo: IR Publicações, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de Contabilidade Societária*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Jules Michelet Pereira Queiroz. Imposto de Renda Retido na Fonte na Incorporações de Ações. *Revista da PGFN* nº 7, Ano 2014. Disponível no endereço eletrônico: "<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/revista-pgfn/ano-iv-numero-1-2014/ano-iv-numero-1-2014>".

FERNANDES, Edison Carlos Fernandes. Capacidade Colaborativa e o Tributo como Penalidade: o caso do controle fiscal em subconta contábil. *Revista de Direito Tributário Atual* nº 37. Disponível no endereço eletrônico: "<http://ibdt.org.br/RDTA/37/capacidade-colaborativa-e-o-tributo-como-penalidade-o-caso-do-controle-fiscal-em-subconta-contabil/>".

Disciplina: Legislação Tributária – Impostos sobre o Comércio Exterior e Direito Aduaneiro

**Ementa:** Institutos aduaneiros. Imposto de importação. Imposto de exportação. Outros tributos incidentes na importação e exportação. Regimes especiais e aplicados em áreas especiais. Controle aduaneiro de mercadorias. Procedimentos de desembaraço aduaneiro. Infrações e penalidades aduaneiras. Tratados internacionais: GATT-OMC, MERCOSUL Classificação fiscal.

**Objetivo:** Apresentar aos participantes os impostos aplicados sobre o comércio exterior, conscientizando-os das principais dificuldades na aplicação das normas jurídicas e propiciando ferramentas conceituais para compreensão e resolução de problemas relacionados à tributação sobre o Comércio Exterior.

Possibilitar aos participantes reconhecer os tributos incidentes sobre o comércio exterior; identificar o papel dos institutos aduaneiros no contexto das atuais diretrizes e normativos relacionados ao comércio exterior; compreender as formas de aplicação dos tributos incidentes sobre o comércio exterior; verificar a metodologia do Controle Aduaneiro de Mercadorias; desenvolver soluções para a melhoria do processo e procedimentos relacionados à aplicação dos impostos sobre o comércio exterior; e estudar a aplicação das infrações e penalidades aduaneiras.

### **Bibliografia Básica**

MEIRA, Liziane Angelotti. *Tributos sobre o Comércio Exterior*. São Paulo: Saraiva, 2012.

TREVISAN, Rosaldo. (org.). *Anotações ao Regulamento Aduaneiro*. 2ª ed. São Paulo: Lex Editora LTDA, 2011.

### **Bibliografia Complementar**

BIZELLI, João dos Santos. *Classificação Fiscal de Mercadorias*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

COELHO, Guiomar. *Tributos sobre o Comercio Exterior*. 2ªed. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

GARCIA JUNIOR, Armando Alvares. *Tributação no Comércio Internacional*. São Paulo: Lex, 2005.

MACEDO, Leonardo Correia Lima. *Direito Tributário no Comércio Internacional: Acordos e Convenções Internacionais – OMC, CCA/OMA, Aladi e Mercosul*. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

TREVISAN, Rosaldo (org). *Temas de Direito Aduaneiro*. São Paulo: Lex, 2008.

TORRES, Heleno Taveira (Coord.). *Comércio internacional e tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

## EIXO III

### Disciplina: Contabilidade Tributária

**Ementa:** Direito x Contabilidade; Contabilidade; Legislação fiscal; Auditoria Fiscal; Contabilização dos impostos diretos e indiretos e das contribuições, inclusive as previdenciárias. Tributos sobre a receita – cumulativos e não cumulativos – operações de aquisição (geração de créditos). Tributos sobre a receita – operações de venda e prestação de serviços (reconhecimento dos débitos e apuração do saldo a recolher). Tributos sobre a renda – regra geral e contextualização no âmbito do processo de convergência contábil internacional. Tributos sobre a renda – contabilização de diferenças temporárias (Ajuste a Valor Presente e Ajuste a Valor Justo), Reconhecimento de lucros do exterior.

**Objetivo:** fornecer aos participantes, noções de Contabilidade e sua aplicação ao Direito Tributário, e a contabilização dos impostos diretos e indiretos e das contribuições (inclusive previdenciárias). Capacitar o aluno a verificar a higidez de registros contábeis e tributários; identificar a estrutura de demonstrações financeiras; cotejar a ocorrência de fatos com os respectivos registros contábeis; e reconhecer elementos de prova de ocorrência de fatos geradores a partir da escrituração contábil, dos impostos diretos e indiretos e das contribuições (inclusive previdenciárias).

#### **Bibliografia Básica:**

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Manual de Contabilidade Societária*. 2ª Edição. São Paulo Atlas, 2013.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. *Contabilidade Tributária: um Enfoque no IFRS e na Legislação do IRPJ*. São Paulo Atlas 2014.

#### **Bibliografia Complementar**

Normas de Contabilidade - Pronunciamentos Técnicos. Disponível em [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)

Normas de Tributação - Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de maio de 2017. Disponível em [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

**Ementa:** conceitos e princípio do PAF. Estrutura do contencioso. Duplo grau administrativo. O crédito não contencioso e o valor da confissão para fins de inscrição do débito, diretamente, em dívida ativa. Acatamento administrativo do efeito vinculante das decisões do STF. Anulação na instância judicial de decisões administrativas contrárias à Fazenda Pública. Controle de constitucionalidade exercido pelos Tribunais Administrativos. Restrições legais ao direito de recurso da esfera administrativa e o princípio da ampla defesa. Vícios formais do lançamento que podem ensejar a sua anulação. Produção de provas na esfera administrativa. Prática do PAF.

**Objetivo:** capacitar os participantes para a compreensão e aplicação do processo administrativo tributário federal (PAF) em todas as suas fases, bem como no transcurso da auditoria fiscal, e propiciando ferramentas conceituais para compreensão e resolução de problemas relacionados. Capacitar o aluno a identificar os princípios informadores do processo; realizar o acompanhamento processual; apresentar as principais peças dos autos; reconhecer os vícios processuais que podem acarretar nulidades; e elaborar decisões, pareceres e outros atos inerentes ao PAF.

#### **Bibliografia Básica:**

MICHELS, Gilson Wessler. *Processo Administrativo Fiscal: litigância tributária no contencioso administrativo*. São Paulo: Cenofisco, 2018.

NUNES, Cleucio Santos. *Curso Completo de Direito Processual Tributário*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

#### **Bibliografia Complementar:**

MARINS, James. *Direito Processual Tributário brasileiro (Administrativo e Judicial)*. 10ª ed. rev. ampl. São Paulo: RT, 2017.

ROCHA, Valdir de Oliveira. *A consulta fiscal*. São Paulo: Dialética, 1996.

NEDER, Marcos Vinícius; LÓPEZ, Maria Tereza Martinez. *Processo Administrativo Fiscal Federal Comentado*. 3ª ed São Paulo: Dialética, 2010.



SILVA, Sérgio André R. G.. Meios alternativos de solução de conflitos no Direito Tributário brasileiro. São Paulo, *Revista Dialética de Direito Tributário*, n. 122, nov/2005, p. 90-106.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Lei de Execução Fiscal: comentários à jurisprudência*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. Conselho de Contribuintes, Processo Administrativo Fiscal e Controle da Legislação Tributária. *Revista Fórum de Direito Tributário*. Belo Horizonte, n. 4, p. 57-73, jul./ago 2003.

## Disciplina: Execução Fiscal e Direito Tributário Penal

**Ementa:** a disciplina compõe-se de duas partes:

**I- Execução Fiscal** - Citação do devedor e intimação da penhora. Aplicação do Princípio da Aparência. Aproveitamento dos atos processuais e o Princípio de Economia Processual. Penhora de mercadoria, de estoque, de faturamento, de cotas sociais, de direitos; penhora no processo falimentar e de bem alienado fiduciariamente; nomeação de títulos da dívida pública e agrária. Tendências jurisprudenciais; Fraude à Execução Fiscal (alienação de bens através de promessa de compra e venda sem registro); Fraude a credores. Exceção de pré-executividade. Alienação antecipada de bens. Liquidez e certeza da Certidão de Dívida Ativa: casos práticos de prova inequívoca. Substituição da CDA: possibilidades. Desnecessidade de nova constituição do crédito face à alteração do índice de correção monetária frente a decisão judicial pela exclusão da TR. Redirecionamento da execução: aspectos práticos. Meação, falência e execução fiscal: aplicabilidade do art. 191 da Lei de Falência.

**II - Direito Tributário Penal** - Princípios informativos das infrações tributárias. Elementos da infração tributária: ação e tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Da culpa à responsabilidade objetiva; sujeito ativo e sujeito passivo. Sanções da ordem jurídica tributária: sanções civis, sanções tributárias, sanções administrativas e sanções penais. Transmissão das penalidades pecuniárias: transmissão aos responsáveis; transmissão aos sucessores. Extinção da punibilidade e pagamento; anistia e remissão fiscais. Noções sobre Direito Tributário Penal; conceitos de crime, contravenção e infração; e especialmente os crimes contra a ordem tributária praticados por particulares e funcionários públicos; sanções penais e tributárias e aplicação das penalidades tributárias; responsabilidade pela prática de infração tributária.

**Objetivo:** fornecer aos participantes os principais conceitos sobre execução fiscal, bem como as condições para o redirecionamento da execução, proporcionando uma visão crítica de cada instituto de forma a capacitá-los para o exercício profissional nessa área.

Capacitar os participantes para a compreensão, análise e aplicação dos conceitos, institutos e procedimentos do sistema penal tributário brasileiro, proporcionando uma visão crítica de cada instituto de forma e ferramentas conceituais para compreensão e resolução de problemas relacionados.

### **Bibliografia Básica:**

CARVALHO, Aurora Tomazin de. *Direito Penal Tributário*. Editora Quartier Latin: São Paulo, 2009.

MELO FILHO, João Aurino de (coord.) *Execução fiscal aplicada*. 6ª ed. Salvador: JusPODIUM, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Lei de Execução Fiscal: comentários à jurisprudência*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

### **Bibliografia Complementar:**

ASSIS, Araken. *Manual da Execução*. 20ª ed. São Paulo: RT 2018.

BODNAR, Zenilto. *Responsabilidade tributária do sócioadministrador*. Curitiba: Juruá, 2005.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. 2ª ed. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2007.

DUARTE, Fernanda et. Al (orgs.) *A LEF e o novo CPC : reflexões e tendências : o que ficou e o que mudará*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. *Processo Tributário*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. *Estudos de Direito Penal Tributário*. Atlas: São Paulo, 2002.

MARINS, James. *Direito Processual Tributário brasileiro (Administrativo e Judicial)*. 10ª ed. rev. ampl. São Paulo: RT, 2017.

**Ementa:** Economia de impostos. Conceitos e doutrinas. Elisão. Elusão. Evasão. Evolução do tratamento do tema no Direito brasileiro: simulação, dissimulação, abuso de direito, abuso de forma jurídica e reconsideração dos efeitos tributários. Planejamento tributário abusivo e seus limites. Lei Complementar n. 104/2001. Introdução ao Direito Tributário Internacional. As estruturas internacionais de suporte ao sistema tributário internacional: ONU, OCDE, CIAT, ATAF e outros. Tratados de Dupla tributação: Modelos ONU e OCDE. Preços de transferência, normas CFC, subcapitalização, abuso de tratados e outras práticas. Transações com paraísos fiscais. BEPS e a participação brasileira. Planejamento tributário na jurisprudência judicial e administrativa. Estudo de casos da jurisprudência judicial e administrativa.

**Objetivo:** capacitar os participantes para a identificação, compreensão, análise e aplicação dos principais aspectos teóricos e práticos relativos ao Direito Tributário Internacional e Planejamento Tributário, proporcionando uma visão crítica a respeito dos conceitos e institutos trabalhados, de modo a proporcionar compreensão e resolução de problemas relacionados ao Direito Tributário Internacional e ao Planejamento Tributário.

#### **Bibliografia Básica:**

GRECO, Marcos Aurélio. *Planejamento Tributário*. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 2011.

ROCHA, Sergio André. *Política Fiscal Internacional Brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

UCKMAR, Victor, et alli. *Manual de Direito Tributário Internacional*. São Paulo: Dialética, 2012.

GOMES, Marcos Lívio; SCHOUERI, Luis Eduardo. *A tributação Internacional na Era Pós-BEPS*. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

### **Bibliografia Complementar:**

BELLAN, Daniel Vitor. *Direito Tributário Internacional: Rendimentos de Pessoas Físicas nos Tratados Internacionais contra a Dupla Tributação*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTRO, Leonardo Freitas de Moares e. *Planejamento tributário: análise de casos*. V.2. São Paulo: MP, 2014.

CASTRO, Leonardo Freitas de Moares e. *Planejamento tributário: análise de casos*. V.3. São Paulo: MP, 2014.

GARCIA, Gemma Patón (Org.). *Desafíos y Primeros Avances del Proyecto Beps en Latinoamérica*. 1ª ed. Lima - Peru: Thomson Reuters, 2016.

### **Disciplina: Prática Orientada para Resolução de Problemas - Eixo III**

**Ementa:** Resolução de Problemas. Análise organizacional. Ferramentas e Técnicas de Gestão. Gestão baseada em evidências. Projeto de Intervenção. Projetos – organização e comunicação. Projetos – divulgação. Metodologia de trabalhos acadêmicos aplicados.

**Objetivo:** Construir e aprimorar capacidades em problem solving, de modo que o estudante tenha insumos informacionais e metodológicos para identificação/reconhecimento de um problema de interesse público em seu contexto laboral, para análise de causas e efeitos desse problema, para a proposição de solução para esse problema e, para organização, comunicação e divulgação dessa solução do problema na forma de projeto de intervenção.

### **Bibliografia:**

DAVIDSON J.; STERNBERG R. *The Psychology of Problem Solving*. Cambridge: Cambridge University Press. 2012. DOI: 10.1017 / CBO9780511615771

MARCONDES, R. C.; MIGUEL, L. A. P.; FRANKLIN, M. A.; PEREZ, G. *Metodologia para trabalhos práticos e aplicados: administração e contabilidade [livro eletrônico] / Reynaldo Cavalheiro Marcondes... [et al.]*. -- São Paulo: Editora Mackenzie, 2017.

FINOCCHIO JÚNIOR, J. Project Model Canvas. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MARSHALL JUNIOR, I.; ROCHA, A. V.; MOTA, E. B.; QUINTELLA, O. M. Gestão da qualidade e processos. Série Gestão Empresarial / FGV Management. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FREITAS, J. B. R. Orientações sobre Trabalho de Conclusão de Curso para a Especialização em Direito Tributário. Curso de Especialização em Direito Tributário. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2020.

## **10. INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO**

Os instrumentos normativos de apoio serão descritos no plano de ensino de cada disciplina.

Coordenação-Geral de Especialização e MBA

